



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DALIANE MENEZES DE MELO
MICHELLE DA SILVA MATTOS**

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES NEGRAS: estudo
sociológico no Instituto de Mulheres Negras do Amapá – IMENA**

MACAPÁ-AP

2011

DALIANE MENEZES DE MELO
MICHELLE DA SILVA MATTOS

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES NEGRAS: estudo
sociológico no Instituto de Mulheres Negras do Amapá – IMENA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais, para obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Orientadora:
Profa. *MSc.* Iraci Carvalho Barroso

MACAPÁ – AP

2011

DALIANE MENEZES DE MELO
MICHELLE DA SILVA MATTOS

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES NEGRAS: estudo sociológico no
Instituto de Mulheres Negras do Amapá – IMENA**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso defendida no Colegiado de Ciências Sociais para obtenção de grau em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais.

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora.

Avaliador (a)

Avaliador (a)

Macapá – AP

2011

Dedicamos este trabalho às pessoas que acreditam na equidade entre os gêneros e as etnias. Em especial, àquelas que procuram contribuir para a ampliação dos horizontes teóricos e possíveis soluções dos incontáveis problemas sociais que afligem a sociedade, decorrente da constante separação dos sujeitos em intermináveis gêneros e categorias e que acabam por comprometer a qualidade de vida das várias gerações.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai supremo, onipresente e onisciente.

Aos nossos mestres por seus ensinamentos;

As nossas famílias por estarem sempre presentes nos bons e maus momentos;

Aos amigos que sempre trouxeram suas palavras de incentivo;

A todos que de alguma forma contribuíram para que chegássemos a este momento.

As mulheres negras do IMENA, que nos prestaram informações valiosíssimas para a execução deste trabalho.

Em especial, a professora *MSc.* Iraci Carvalho Barroso pela paciência e disponibilidade em nos atender.

Metamorfose Ambulante

Eu prefiro ser,
Essa metamorfose ambulante.
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo...
Sobre o que é o amor,
Sobre o que eu nem sei quem sou...
Eu quero viver,
Agora o oposto do que disse antes...
Eu prefiro ser
Essa metamorfose ambulante.
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo,
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo.
Do que ter aquela velha,
Velha, velha opinião formada sobre tudo...

(Raul Seixas)

RESUMO

O presente trabalho trata das representações sociais de mulheres negras no Estado do Amapá. O objetivo foi analisar as representações sociais que são criadas em torno das mulheres negras. Para tanto, foram selecionadas mulheres que atuam no IMENA. Foram analisados os seguintes itens: a) A consistência do IMENA na discussão das representações sociais; b) Como se dá a atuação das integrantes do IMENA e os papéis assumidos com as representações sociais; c) A percepção que estas têm de si mesma em relação às representações sociais. As hipóteses levantadas para sustentar a análise são: - com a institucionalização do IMENA as mulheres negras se tornam mais visíveis e, portanto, mais conscientes para o debate sobre representações sociais; - as mulheres negras do IMENA se articulam com outras entidades organizativas de mulheres para fortalecer as discussões que se travam no interior do IMENA sobre representações sociais. O estudo tem uma abordagem qualitativa e utiliza como instrumento a entrevista com um roteiro semi-estruturado, o sujeito da pesquisa são as lideranças do IMENA. Verificou-se que as mulheres se organizam em uma instituição para desmistificarem representações negativas criadas em torno delas. Para tal, são realizadas palestras e programações voltadas para desconstrução de estigmas e valorização da mulher. Assim, pode-se perceber que as mulheres que participam do movimento apresentam auto-estima elevada, sentem-se representadas e que apesar dos objetivos já alcançados, continuam buscando melhorar a condição de suas semelhantes.

Palavras-chave: Representações sociais. Mulheres negras. Institucionalização.

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de ONG's

AMA – Associação de Mulheres do Amapá

AMNB – Associação de Mulheres Negras do Brasil

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

FAOR – Fórum da Amazônia Oriental

GTA – Grupo de Trabalhos Amazônicos

IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá

ONG – Organização Não-Governamental

PCRI – Programa de Combate ao Racismo Institucional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CATEGORIAS DE ANÁLISE FUNDAMENTAIS DE ESTUDO	12
1.1 Representações sociais: Teoria e fundamentos	12
1.2 Mulher negra e feminismo	14
2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CULTURA NO COTIDIANO DO IMENA	17
2.1 Representações sociais na cultura afro-descendente	17
2.1.1 Representações sociais da negritude	18
2.1.2 Cultura negra	20
2.2 Representações e estigma de mulher negra	22
2.3 Ser negra	27
3 MULHERES NEGRAS NO IMENA: representações e institucionalização	29
3.1 IMENA e processo de institucionalização	29
3.2 Da invisibilidade a visibilidade	30
3.3 Relações e conversas entre as mulheres	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é analisar as representações sociais que são criadas em torno das mulheres negras do Amapá, tendo como foco o IMENA onde tem um número consideráveis de mulheres negras que atuam em vários projetos sociais. Para investigação da problemática levantou-se a seguinte questão: Como as mulheres negras do IMENA se vêem nesse contexto social e como dinamizam essas representações sociais? Para análise a esse problema, trabalhou-se com as seguintes hipóteses: com a institucionalização do IMENA as mulheres negras se tornam mais visíveis e, portanto, mais conscientes para o debate sobre representações sociais; as mulheres negras do IMENA se articulam com outras entidades organizativas de mulheres para fortalecer as discussões que se travam no interior do IMENA sobre representações sociais.

A motivação das pesquisadoras em realizar este estudo deu-se a partir da experiência do desenvolvimento de um minicurso realizado em 2004, por ocasião de uma prática obrigatória no âmbito da graduação em Ciências Sociais em que se tratou basicamente dos novos desafios do movimento feminista na sociedade atual, e o objetivo foi discutir as lutas e os novos desafios desse movimento. Naquele momento as leituras se tornavam cada vez mais instigadoras, no sentido de querer saber mais sobre os movimentos de mulheres na sociedade, ou seja, suas causas e efeitos. Isso incitou a análise sobre as representações.

Para trabalhar as representações sociais de mulheres negras, optou-se pelo Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA), cuja sede situa-se na Avenida Professora Cora de Carvalho, 579, Bairro Central, CEP 68.908-040, capital amapaense, Macapá. Por se tratar de uma organização de mulheres discriminadas socialmente e que tem como meta desmistificar os estigmas construídos historicamente.

Margareth Rago (1998) assinala que todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração européia para o Brasil, a industrialização, ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção. A figura da mulher raramente era apresentada pelos historiadores, só aparecia marginalmente na história.

Pode-se remeter a uma reflexão: onde estava a mulher durante todo esse tempo? Estava confinada ao espaço da vida privada, envolvida no cuidado com o lar, na educação dos filhos, na atenção com o marido; ocupada demais para ser percebida pela história, que até então se limitava em tratar da vida pública, domínio quase que exclusivo dos homens.

Para Rago (1998), a política feminista dos anos 60 foi o ponto de partida. As integrantes do movimento reclamavam uma história onde houvesse heroínas, demonstrando a atuação das mulheres na sociedade. Lutavam também para que a opressão que as sufocava fosse denunciada pela história.

No Estado do Amapá a organização de mulheres ocorre há vários anos, mas um movimento em especial nos chamou a atenção; ou seja, o de mulheres negras. Se o simples fato de ser mulher em uma sociedade machista já se torna um enorme empecilho para o gênero feminino, ser mulher e negra aumenta a carga de preconceito e estigma.

A supracitada instituição trata, segundo o seu próprio Estatuto Social, de uma organização política de mulheres negras que não tem fins econômicos, tampouco vinculações religiosas, é ainda organização não-governamental de assistência social, democrática e sem nenhum tipo de vinculação político-partidária nem discriminação de qualquer natureza.

Assim, o presente estudo tem um caráter de grande relevância devido ao fato de ser uma investigação sobre representações de mulheres negras que fazem parte de uma organização que, paulatinamente, no decorrer de uma década de existência, vem se mostrando como diferencial no âmbito da sociedade amapaense, além disso, terá a atuação de suas participantes como foco de estudo de cunho qualitativo.

A análise dos dados provenientes das respostas obtidas nas questões de compreensão solicitadas sobre a representação das mulheres negras no IMENA embasou-se na linha de pesquisa qualitativa, que Gil (2002) considera que vem sendo reconhecida como viável por pesquisadores que se identificam com ideologias “reformistas” e “participativas”. Esse método destaca-se por sua flexibilidade e por exigir o envolvimento dos pesquisadores e a ação por partes dos grupos envolvidos no problema. Dessa forma, as ações que nortearam a execução das etapas deste estudo são de natureza qualitativa.

Foram feitas 08 (oito) entrevistas com roteiros semi-estruturados com as mulheres do IMENA. Além dos depoimentos foram analisados os documentos oficiais do instituto como o Estatuto e Projetos firmados com órgãos governamentais e da iniciativa privada, o que fortalece a idéia de organização do movimento. Para efeito de resguardar as mulheres que participaram como fonte de informação será utilizada, no corpo do trabalho, apenas as iniciais de seus nomes. As fotos em que aparecem as mulheres do instituto foram autorizadas para efeitos do uso de imagem para publicação.

A percepção da atuação da mulher negra nos diversos campos de discussões socioculturais no Amapá é sentida principalmente a partir do IMENA, no ano de 2000. É uma

tentativa de organização de um movimento negro no Estado, em defesa dos interesses das mulheres, mas em especial, visando sensibilizar amplos setores da sociedade contra as práticas de discriminação racial ou sexual, através de denúncia responsável e da informação bem fundamentada.

A consciência coletiva impregnada leva a uma análise da teorização sobre as representações sociais. Nesta teoria, não se pode classificar o esforço das mulheres negras como simplesmente, mais um; é necessário um novo olhar sobre esse objeto, ou seja, a real percepção da relação indivíduo-sociedade, sendo que esta relação deve apresentar respostas sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da inscrição social, cultural etc., e, por outro lado, como a sociedade se dá a conhecer e a construir esse conhecimento com os indivíduos.

Cabe ressaltar que a análise profícua deve ser em torno de como interagem sujeitos e sociedade para construir a realidade e como terminam por construí-la numa estreita parceria comunicacional.

Em decorrência da crescente preocupação com a situação da mulher na sociedade, sejam no âmbito intelectual, cultural ou político, muitas organizações têm se fortalecido para lutar em prol dos direitos das mulheres, por exemplo. Porém, pouco se sabe sobre estas organizações em termos de aspectos mais detalhados. Neste sentido, buscou-se com a pesquisa analisar as representações de mulheres negras que atuam no IMENA no Estado do Amapá, e as suas principais ações, ou seja, os reflexos significativos na vida das mulheres amapaenses.

O trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, “Categorias de análises fundamentais de estudo”, é dedicado a uma discussão teórica de conceitos chave como representações sociais, mulher negra e feminismo; O segundo capítulo “Representações sociais e cultura no cotidiano do IMENA” enfatiza as representações das mulheres negras e o sentido da cultura negra. É uma forma de traçar uma analogia entre a concepção da realidade do instituto com o sentido em ser afrodescendente no Amapá; No terceiro capítulo “Mulheres negras no IMENA: representações e institucionalização” onde se visualiza a ação propriamente dita da organização do movimento; processo de institucionalização; objetivos e finalidades; como as mulheres negras lidam com questões sensíveis: violência, preconceito, política e os estigmas impostos pela sociedade.

1 CATEGORIAS DE ANÁLISE FUNDAMENTAIS DE ESTUDO

1.1 Representações sociais: Teoria e fundamentos

As teorias da Representação Social são fruto da vivência das contradições existentes no dia-a-dia dos grupos sociais. É a presença do “outro” que marca o território possível da Representação Social, segundo Jovchelovitch (*apud* MOSCOVICI, 2009). É o outro generalizado que permite ao sujeito uma unidade enquanto “eu”, já que não há desenvolvimento do “eu” sem a internalização de outros. Daí a importância de uma comunidade que evidencie um “nós” necessário a cada pessoa que se desenvolve, atestando “que vidas privadas não surgem a partir de dentro, mas a partir de fora, isto é, em público” (*idem* 1996, p. 70).

As representações sociais seriam, portanto, construídas no processo interno classificatório e de esquematização das práticas cotidianas, ocorrendo mediante incorporação das estruturas do mundo social ao qual o indivíduo pertence. Assim, tanto as representações individuais quanto as sociais têm o mesmo substrato de uma herança cultural e as representações coletivas predominam sobre o ser individual.

A representação social não é uma opinião, ou seja, não é uma reação dos indivíduos ou de uma única pessoa a um dado objeto ou fato. Ela também não é uma simples imagem ou reprodução da imagem externa. Mas ela é produto da relação que um indivíduo, detentor de experiências e conhecimentos próprios, estabelece com uma realidade que ele interpreta. A representação é, pois, reflexo tanto do objeto enquanto bem simbólico quanto produto da atividade do sujeito que o conhece (AMARAL, 2001, p. 17).

Isso quer dizer que há um sentido para a representação social, uma forma de sentido consciente. É o que Jodelet (*apud* AMARAL, 2001) chama de representação mais ampla, uma forma de pensamento social. Esta autora diz que as representações sociais são modalidades de pensamentos como práticas de comunicação, a compreensão de uma idéia social.

Portanto, pode-se dizer que as representações sociais ocorrem de diversas formas, sendo que gênero e etnia podem ser representados pelas formas masculina e feminina; assim como negro e branco, respectivamente. Por exemplo, o processo de construção da identidade masculina ou feminina; ou ainda negra e branca, podem ser refletidas pelas construções

familiares e teriam aspectos semelhantes nas diversas culturas, pois socialmente essas representações estariam marcadas de referenciais simbólicos.

Para Bourdieu (*apud* AMARAL, 2001), por exemplo, pode-se perceber que existe uma relação entre o cotidiano familiar e o processo de representações sociais. Então, o sentido de dominação entre uma etnia e outra ou entre um gênero e outro, pode ter suas raízes na estrutura familiar, e como resultado a submissão aparecesse como algo normal, uma norma social estabelecida.

Assim, o conceito de representações sociais aparece como estrutura simbólica, algo entre a percepção e o conceito. As mulheres negras estariam refletindo uma imagem, uma identidade simbólica construída reciprocamente na história das relações de gênero e etnia. A luta por direitos é a quebra, a ruptura desse paradigma de submissão e a interação entre as mulheres negras resultam na tomada de consciência de que há um estigma e que ele precisa ser superado. Segundo o depoimento de uma entrevistada do IMENA,

As mulheres negras no Amapá já passaram por muitos constrangimentos [...] já foram xingadas de “macacas”, até por outras mulheres, que olham torto. Mas lutamos pela nossa categoria (mulheres negras) e pelas outras também, mas o racismo está em toda parte, existe até o racismo institucional, pois quando estamos representando o IMENA muitas instituições fazem “bico” (M.L - entrevista 14/05/2011).

As representações são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como uma conseqüência do equilíbrio específico desses processos de influência social. Há uma relação sutil entre as representações e influências comunicativas, que é definida por Moscovici como:

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da história individual e social (MOSCOVICI, 2009, p. 21).

Todas as representações que as instituições elaboram têm a marca da tensão, dando-lhe um sentido e buscando mantê-la nos limites do suportável. O conflito entre o individual e o coletivo não é somente do domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida social. Todas as culturas possuem instituições e

normas formais que levam, de uma parte, à individualização, e de outra, à socialização (*idem* p. 21).

As representações sociais, enquanto imagens construídas sobre o real, não são necessariamente conscientes. Podem ter sido elaboradas por filósofos ou ideólogos de uma época, atravessando, no entanto, a sociedade ou um determinado grupo social, como algo anterior, tradicional, habitual, que se reproduz a partir das estruturas e categorias de pensamento do coletivo ou dos grupos.

Para Moscovici (2009, p. 35) criamos representações para transformar algo não familiar, ou a própria não-familiaridade, em familiar. Tornar familiar é tornar presente em nosso universo interior o que se encontra distante de nós, o que está ausente. Representar um objeto é conferir-lhe o status de um signo, é torná-lo significativo, logicamente, dominá-lo, tornando-o nosso.

A resistência é uma característica da representação social que, contraditoriamente, garante a heterogeneidade dos grupos, evitando a aculturação imposta pelas ideologias dominantes. As organizações das mulheres, principalmente negras, mostram claramente essa resistência às imposições dominantes, elas querem ser o que são, mulheres; independente da cor de sua pele.

1.2 Mulher negra e feminismo

O feminismo foi um movimento que teve seu início na tentativa de transformar a relação de subserviência existente entre um gênero em detrimento do outro, isto desde o período colonial. Segundo Teles (1999, p. 09), essa tentativa foi a construção de uma vontade de reabilitar a igualdade entre os gêneros nos campos econômico, social e cultural. Ainda para essa autora, “ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer. Uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher o seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica” (*idem* p. 09-10).

Assim, cria-se uma representação da mulher, submissa e dedica à vida cotidiana do lar, um ocultamento, uma ideologia da mulher caseira e dedicada ao marido e a família. Ou seja, uma tentativa de mascarar uma realidade. Realidade esta em que as mulheres já estão se organizando para combater a exploração e o preconceito. Segundo Chauí (1994, p. 79-80), é uma fuga da alienação, de um processo social que lhe custa a própria consciência de sua cidadania.

Mas, enquanto a maioria aceita a subserviência, outra parcela reivindica liberdade, querem escancarar, retirar a máscara da ideologia, a máscara da fabricação de uma história imaginária em que esta deveria somente servir ao seu marido e senhor. No século XIX, por exemplo, à mulher competia, tanto quanto no período colonial, o papel de dona-de-casa, esposa e mãe. Mas, as coisas foram mudando e a tomada de consciência se refletiu em inúmeros grupos formados e nomes de destaques: Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis, Narcisa Amália, Luísa Mahin e Chiquinha Gonzaga.

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais (CHAUÍ, 1994, p. 10).

Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (TELES, 1999, p. 10).

Analisando o texto de Teles, pode-se afirmar que o movimento feminista brasileiro atual tem, sem dúvida, características inovadoras e de dimensões ainda difíceis de projetar. Mas suas raízes podem ser localizadas em lutas anteriormente travadas consciente ou inconscientemente por mulheres intelectualizadas ou por grupos de mulheres de origem popular: negras nos quilombos, trabalhadoras no mercado de trabalho ou aquelas que individualmente participaram de acontecimentos políticos.

Assim, a expressão “movimento de mulheres” significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao “movimento feminista” refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história.

Quanto às mulheres negras do Amapá, representadas pelo IMENA (instituto que tem a missão de combater o preconceito, a discriminação racial, o sexismo e lutar pela universalização efetiva dos direitos humanos, evitando principalmente a marginalização das populações negras); pode-se afirmar que seus principais objetivos são:

- Promover a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres, sem distinção de raça, etnia, cor, idade, classe, orientação sexual, religião, descendência, nacionalidade, estado civil, estado de saúde, filiação e deficiência física;
- A defesa dos direitos dos cidadãos negros, especialmente as mulheres e jovens. Incentivando-os a integração do mercado de trabalho e na sociedade civil organizada;
- Sensibilizar amplos setores da sociedade contra as práticas de discriminação racial ou sexual. Denunciando com responsabilidade e informações bem fundadas;
- Lutar pela preservação e conservação do meio ambiente natural e apoiar pessoas e entidades empenhadas nessa luta contra a depredação da natureza.

Portanto, na persecução de seus fins, o IMENA atuará desenvolvendo e estimulando estudos, pesquisas e diagnósticos da situação da mulher negra e das relações raciais, culturais e de gênero na sociedade brasileira, enfatizando este viés na análise das condições sociais e políticas mais gerais. Organizando e mantendo registros e incentivando a formação de banco de dados e o intercâmbio de informações sobre a violação de direitos, práticas discriminatórias e desigualdades sociais.

Além disso, prevê como política de afirmação de direito, a representação judicial para as vítimas de discriminação racial e sexual, difundindo casos exemplares para conhecimento do público em geral.

E, ainda, o grupo de mulheres negras do IMENA, atua organizando grupos de autoajuda para o fortalecimento da identidade racial e da autoestima de mulheres e jovens, estimulando seu crescimento enquanto agentes de transformação social. Portanto, além de promover uma política de afirmação, o IMENA busca garantir o direito das mulheres negras.

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CULTURA NO COTIDIANO DO IMENA

2.1 Representações sociais na cultura afro-descendente¹

A população de origem africana teve suas representações expressas de várias formas: pinturas, poesias, desenhos etc., mas, o artista que marcou essas representações foi Franz Post (1612-1680), geralmente compondo o cenário, pontilhando as impressões panorâmicas, assim como em situações de trabalho nos engenhos pernambucanos ou em momentos de lazer nos arredores de Olinda (SCHUMAHER; BRAZIL, op. cit., p. 29).

Como as mulheres africanas que aportavam por aqui possuíam alguma linhagem com as famílias e clãs imperiais, princesas ou rainhas, elas mantinham uma dominação sobre os outros escravos que chegavam junto com elas. Isso chamou a atenção dos artistas e estudiosos que começaram a descrevê-lo em suas produções.

Por exemplo, a primeira e uma das mais belas representações pictóricas da mulher negra no Brasil está envolta em interrogações. Um retrato a óleo que o historiador de arte Thomas Thomsen reproduziu em 1938, no seu livro sobre o pintor Albert Eckhout (1610-1666), e que também o sociólogo Gilberto Freyre fez constar na quinta edição de *Casa-grande & Senzala* com o título *Negra brasileira do século XVII?* A imagem foi produzida, mas não foi assinada e a autoria ficou então desconhecida. Seria pelo fato de ser uma negra que estava sendo retratada?

Mas, assim mesmo a mulher negra era objeto constante de produções de arte. Schumacher e Brazil (Idem p. 30) relatam que os séculos XVI e XVII foram marcados por tais produções: em 1644, Albert Eckhout pintou e assinou a obra *Negra com criança*; no século XVII, em gravura de Johann Nieuhoff (1628-1672), outra mulher negra foi representada com destaque. No entanto, esses autores, afirmam que a produção pictórica que retrata as afro-brasileiras, no século XVIII, foi pouco menos que parcimoniosa. Provavelmente um dos motivos foi o rigoroso controle que a Coroa portuguesa passou a exercer sobre a presença de estrangeiros na colônia, especialmente a partir da descoberta das minas de ouro e diamantes nas Gerais. Já por volta de 1776, um militar de Turim, Carlos Julião (1740-1811), capitão italiano a serviço de Portugal, voltou a representar as mulheres afro-brasileiras de maneira

¹ Os teóricos que constam nesse item podem ser consultados em: SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007.

consistente, foram várias gravuras, onde estas apareciam no universo do trabalho e da vida religiosa dos tempos coloniais (NYE, 1995, p. 48).

Outros motivos também eram retratados pelos artistas, como: os atributos de beleza (que por vezes eram encarados como evidências de barbárie e desgraciosidade – como era o caso de alguns grupos limarem os dentes caninos e incisivos, as escarificações faciais e corporais, lanhos, protuberâncias, afecções de pele, calombos ou cicatrizes); práticas curativas e protetoras; a atração erótica das mocinhas negras. Mas também foram retratados o preconceito racial, a violência praticada contra a população negra e, é claro, o que mais apareceu sobre a iconografia da mulher negra no período colonial e durante o Império que refere-se ao universo do trabalho (livre ou sob o crivo da escravidão).

Dessa forma, no período colonial as africanas desempenharam os mais diferentes papéis que compreendiam desde as tarefas domésticas, até a lida diária nas extensões de terra-roxa, que primeiramente serviam à monocultura da cana-de-açúcar. Segundo Schumacher e Brazil (op. cit., p. 39), em todas as etapas da produção e manufatura dos produtos canavieiros, houve a labuta das mulheres escravizadas.

Mesmo entre as tarefas que existiam no engenho, as mulheres negras encontravam outras atividades para desempenhar, por mais simples que parecessem, elas retiravam ervas daninhas da gleba, semeavam e enfeixavam as canas. Além dessas atividades, Schumacher e Brazil relatam que as negras cozinhavam canas em enormes tachos de cobre, no interior das casas-grandes, preparavam a comida, lavavam, cerziam e arrumavam, efetuando todos os afazeres cotidianos para as famílias escravocratas. Trabalhavam de sol a sol, sob a rígida fiscalização dos feitores, ou das sinhás, recebendo pelos serviços o mínimo necessário para viver.

As mulheres negras foram tão importantes para as famílias brasileiras que algumas representavam a única ou a mais importante fonte de renda das famílias de pequenos produtores que habitavam nos núcleos urbanos do Brasil escravista.

2.1.1 Representações sociais da negritude

A teorização sobre as representações sociais ganharam força nos anos 80, mas tem suas raízes na tentativa de uma concepção sociológica sobre os fenômenos simbólicos, as quais recorrem, em suas análises, às noções de consciência e de imaginário.

Para Arruda (2010), a teoria das representações sociais nasce paralela às teorias feministas, sendo que o momento é de degelo dos paradigmas, para o qual concorrem. Vivem um período de latência entre o surgimento das idéias inaugurais e o desenvolvimento da sua aplicação, e o advento da conseqüente visibilidade. No caso do gênero, o conceito, remodelado pelo pensamento feminista nos anos 80, como o de representação social por Moscovici, vive um lapso de tempo até ser incorporado às ciências sociais. Nesse momento, as discussões ampliam-se e passam do simbolismo, como algo abstrato, para categorias mais reais e com amplitude de dimensões, como feminismo e negritude, por exemplo.

Essas dimensões indicam, portanto, que estas teorias estão reabilitando o conhecimento concreto, a experiência vivida, e reconhecendo a possibilidade de diversas racionalidades, o que é adequado às características das multifacetadas sociedades e grupos sociais contemporâneos e às características da forma de conhecer e lidar com o saber nessas sociedades, em que grupos diferentes têm visões diferentes de um mesmo objeto – sem que a diferença implique obrigatoriamente desigualdade (ARRUDA, 2010).

Assim, a representação social seria uma forma de conhecer típica dessas sociedades, cuja velocidade vertiginosa da informação obriga a um processamento constante do novo, que não abre espaço nem tempo para a cristalização de tradições, processamento que se esteia no olhar de quem vê. A representação social, portanto não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel.

As representações da negritude se fundem também nesse conceito de dinamismo e mobilidade, assim como o feminismo. Ambos saíram do ponto de inércia para alcançar um patamar de luta em busca de direitos que há muito lhes foram negados. As mulheres negras do IMENA parecem absorver esse conceito muito bem, organizaram-se e definiram uma plataforma de luta contemporânea, por igualdade no gênero e por justiça e respeito, na etnia. Isso pode ser percebido quando qualquer de suas representantes faz relatos sobre o movimento.

[...] a gente não depende de governo, a gente trabalha em parceria com várias organizações governamental e não governamental e trabalha com as comunidades quilombolas dando palestra, informações... É com projeto que a gente vai discutindo nas comunidades sobre o que elas precisam então, a gente leva. O que nos chamou a atenção mesmo no projeto, pois a gente fez vários projetos, é mais de 15 projetos, o que ajuda as mulheres a se fortalecer e a nós como IMENA, que foi o projeto “Mulher teu corpo a ti pertence”, que já teve três edições. Esse projeto vem chamando muita atenção de muita gente e nele a gente fez uma rede, essa rede

abrange vários temas começando com a Maria da Penha até doenças sexualmente transmissíveis, as DST's, esse projeto, até hoje, todo mundo fala que muita gente, muitas mulheres acordaram dentro das comunidades e até hoje elas agradecem a gente pelo que estamos fazendo pra elas. É o fortalecimento do IMENA que vem nos ajudando. (J.T – entrevista 14/03/2011).

2.1.2 Cultura negra

As mulheres do IMENA reconhecem a importância da cultura africana e se identificam com ela. Muitas mulheres do movimento utilizam adornos e vestimentas que lembram suas origens; desde a África até os períodos em que seus semelhantes ficaram escravizados no Brasil. No entanto, não foi somente a escravidão que marcou a relação entre Brasil e África, outras coisas se mostraram importantes, talvez uma das maiores riquezas de nosso país tenha nascido dessa relação, a cultura afro-brasileira. O sincretismo é, sem sombra de dúvida, a marca da cultura do Brasil. Uma cultura forjada com contribuições das mais diversas etnias africanas, trazidas no período da escravidão.

O historiador Francisco Adolfo Varnhagen fez questão de ressaltar a importância do índio e do negro nos trabalhos historiográficos, por sua contribuição para a constituição da cultura brasileira. Gilberto Freire, por sua vez, compreendeu a importância dessa contribuição e, em seu livro *Casa Grande e Senzala*, discute pela primeira vez no Brasil a importância do negro na construção do país.

As mulheres negras aqui no Amapá ressaltam muito bem a riqueza da contribuição cultural africana na formação da cultura brasileira, que fica patente nas manifestações populares no Brasil. Essa contribuição se mostra na religião, no batuque do samba, na capoeira, na culinária, na moda, na língua; está em todo arcabouço cultural brasileiro. A esses elementos trazidos pelos negros escravos e adaptados por eles ao meio que encontraram no Brasil chama-se "cultura afro-brasileira".

Os músicos negros eram muito apreciados durante suas apresentações. Vêem-se como os senhores de escravos e seus convidados aplaudiam em suas festas os músicos negros, como eles apreciavam a música tocada por escravos, que usavam sua arte para minorar as atrocidades da escravidão.

Durante o Brasil Colonial, a mão-de-obra escrava foi de suma importância para a exploração das riquezas. Portugal – pretendendo dar sustentação ao seu modelo de colonização exploratória – buscou na exploração da força de trabalho dos negros uma rentável

alternativa. Além de viabilizar a exploração das terras brasileiras, o tráfico negreiro potencializou o desenvolvimento de outras atividades econômicas.

O transporte de escravos motivou a produção de um maior número de embarcações que realizassem tal serviço. A sustentação das populações escravas na colônia também incrementava os lucros da metrópole ao demandar o consumo de tecidos de algodão e outros produtos manufaturados. Ao longo de todo nosso processo de colonização, o tráfico negreiro foi responsável pela introdução de aproximadamente 4 milhões de africanos pertencentes às mais diferentes culturas e etnias (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007).

Ao contrário do que muitos imaginam, a questão da escravidão era inerente a algumas culturas africanas. Na maioria das vezes, os portugueses firmavam um tipo de acordo comercial com líderes tribais que se responsabilizavam pela obtenção de escravos. Depois de capturados, esses eram entulhados no porão de um navio negreiro onde passavam por lastimável situação. Muitos dos capturados acabavam falecendo no interior do navio devido à falta de mantimentos ou a superlotação.

Chegando ao Brasil, os africanos capturados eram tratados como “bens semoventes” a serem exibidos nos pontos de comercialização. Evitando a organização de uma possível rebelião, os comerciantes de escravos tinham o cuidado de separar os escravos que tivessem algum tipo de laço afetivo ou familiar. Ao serem obtidos por um grande proprietário de terras, esses escravos eram alocados em uma habitação coletiva chamada de senzala.

A rotina de trabalho imposta aos escravos era extremamente pesada. Todo tipo de trabalho braçal era destinado a esses trabalhadores. Para fiscalizar o cumprimento de suas tarefas diárias, o fazendeiro contava com o auxílio de um capataz responsável pela vigilância e a punição dos subordinados. Os maus tratos, as excessivas horas de trabalho e a má alimentação fazia com que um escravo adulto tivesse uma expectativa de vida de, no máximo, dez anos.

Uma minoria dos escravos não partilhava dessa dura realidade. Alguns escravos de maior confiança eram utilizados para as tarefas em ambiente doméstico e dormiam em instalações próprias. Nos centros urbanos também haviam os chamados “escravos de ganho”, que não eram utilizados em tarefas que exigiam esforço físico. Em geral, esses escravos eram responsáveis pela comercialização de bens manufaturados ou na administração de um pequeno comércio.

A condição humilhante da maioria dos escravos motivava a realização de revoltas ou a adoção de outras estratégias de resistência. Muitos escravos organizavam fugas e

procuravam formar comunidades independentes do poder do senhor de engenho. Essas comunidades eram mais conhecidas como quilombos e desafiavam o modelo de organização social imposto pela administração colonial. O mais famoso desses quilombos fixou-se na região de Alagoas com o nome de Palmares.

Sendo uma experiência histórica que marcou o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, a escravidão ainda reverbera com bastante força na contemporaneidade. A questão do preconceito racial ainda reflete o sectarismo que definiu a posição subalterna reservada aos negros. Hoje em dia, movimentos de afirmação da identidade negra e ações governamentais tentam dar fim a esse processo de exclusão constituído ao longo de séculos.

2.2 Representações e estigma de mulher negra

A mulher negra era muito importante para manter a estrutura econômica baseada no escravismo.

No período colonial (1500-1822) as escravas negras eram responsáveis pela reprodução da mão de obra escrava, eram exploradas como força de trabalho e usadas por seus senhores sexualmente. Trabalhavam tanto nos afazeres domésticos como nos centros urbanos. As escravas eram minoria devido à preferência pela mão-de-obra masculina. Mesmo sendo poucas, participaram ativamente dos movimentos revolucionários da época (TELES, 1999, p. 21).

O *Quilombo de Palmares* (1630-1694) teve como um dos seus fundadores a negra Aquilone Filha do Rei do Congo na África, comandou um exército no Congo, 10 mil guerreiros para defender o reino. Vendida como escrava para o Brasil fugiu e fundou com outros companheiros *Palmares*. Zumbi era seu neto. Dandara outra das guerreiras de Palmares, após a derrota, preferiu-se suicidar-se a voltar ser escrava. Filipa de Aranha liderou um Quilombo no Pará. Teresa de Quariterê liderou por duas décadas o *Quilombo de Quariterê* em Minas Gerais, Zerafina comandou o levante do *Quilombo do Urubu* (Bahia). Na conjuração Baiana (1798), quatro mulheres chegaram a ser presas (SCHUMACHER; BRAZIL, 2007).

Para entender a situação atual da mulher negra, temos que buscar na história brasileira alguns fatores que tornam a mulher negra sujeito de especificidades que a diferenciam da mulher branca.

Reduzida à condição de escrava, a mulher negra foi durante o período colonial, um instrumento de trabalho forçado, dentro das casas, na lavoura, nas minas, no comércio. Enquanto a mulher branca era mantida sob rigorosa vigilância moral, reservada para as respeitadas funções de esposa e mãe, a sociedade sujeitava a mulher negra ao abuso sexual do homem branco e adotava o estupro da escrava negra como instrumento de afirmação da virilidade machista do colonizador.

Na casa grande, cozinhas, servia de ama de leite para os filhos dos senhores. Suas habilidades culinárias criaram a figura da vendedora de quitutes, ainda nos tempos coloniais.

Após a Lei Áurea, com a vinda de imigrantes europeus, que passaram a ocupar o lugar dos trabalhadores negros na agricultura, indústria e comércio, foram as mulheres negras que continuaram trabalhando nas casas dos ex-senhores, assegurando a sobrevivência da família negra, já que os homens negros perderam seu trabalho e foram reduzidos à marginalidade.

Nesse novo contexto, as mulheres negras assumem a responsabilidade de chefe da casa, pois conseguem encontrar mais opções de trabalho: cozinhando, amamentando e criando os filhos dos patrões, vendendo quitutes nos mercados. Foi assim que, além de sustentarem suas famílias, abriam casas de candomblé, criavam seus filhos de santo, preservando a idéia da família comunitária que tinha suas raízes na África.

A criação dessas casas de candomblé foi fundamental para resgatar a identidade cultural negra, preservando a visão de mundo africana, suas figuras míticas (orixás), seus cantos e danças e a própria língua yorubá, fon, quimbundo, das diversas nações religiosas. Nessas manifestações místicas, ao contrário da religião católica, onde toda hierarquia religiosa é masculina, as mulheres têm funções muito importantes, tendo se tornado figuras nacionais algumas dessas ialorixás da Bahia, como Mãe Aninha, Mãe Senhora e Mãe Menininha do Gantois, Mãe Hilda e Mãe Stella (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 29-31).

A estrutura do candomblé é matriarcal e as deusas do culto são arquétipos que representam forças poderosas, independentes, sensuais e guerreiras. Portanto, a mulher negra não se identifica tanto com o estereótipo da fragilidade da mulher. Além disso, desde menina, ela cuida dos irmãos, vai trabalhar fora de casa para se auto-sustentar e à sua família. Se tiver filhos, não conta, na maioria das vezes, com a ajuda do companheiro.

Os estigmas e discriminações sofridos pelas mulheres negras do IMENA são muitos, mas a sociedade vem aprendendo a conviver com elas, que são mulheres como as

outras, que possuem sonhos e a vontade de trabalhar, cuidar de suas famílias. Quando questionada sobre os xingamentos e constrangimentos vividos por ser negra, uma integrante do IMENA relatou:

Já sofri várias vezes, isso vem desde a infância... Mas, naquela época não sabia como reagir. É o que hoje chamam de bullying, só que naquele tempo o apelido era algo comum, me chamavam de várias coisas, de “macaca” ou “macaca preta”... Principalmente de “macaca”, a gente ouvia isso constantemente, e resultava em exclusão. Hoje, já não ouço tanto apelido, as pessoas sabem que sou do IMENA e que pode resultar em processo. Sei resolver a situação, pois a prática do racismo é crime e a gente sabe onde recorrer (M.L – entrevista 14/05/2011).

Um exemplo de estigma vem do fato do IMENA ser uma instituição de mulheres negras, os populares rotulam e criam representações pejorativas. O depoimento de uma associada retrata muito bem esse fato, pois muitos usam o instituto principalmente para fins de pesquisa, mas não retornam com contrapartida de nenhuma forma,

Muitos que vêm atrás são principalmente de faculdade. No final de ano muita gente vem atrás para fazer TCC, artigos. Vem aqui pesquisar no IMENA e a gente tá de portas abertas pra qualquer pessoa que venha aqui pesquisar, até porque a gente trabalha com uma biblioteca e dentro dessa biblioteca tem vários livros, de vários assuntos, não é só de movimento negro. Fala do Amapá, fala de candomblé, é uma forma de chamar as pessoas. O pessoal pensa que pelo fato de ser um movimento de mulheres negras, falamos só de negros. Não. É amplo, temos vários assuntos geografia, história, química, sobre a saúde, indígena, é muita coisa é muito diferenciado nossa biblioteca, não é só um tema (K – depoimento 04/04/2011).

O conceito de estigma apresentado por Goffman (*apud* Melo, 1991) faz referência ao uso da palavra “estigma” definida pelos gregos como “signos corporais, sobre os quais se intencionava exibir algo maior e pouco habitual no status moral do grupo”. O estigma era a marca de uma queimadura no corpo e significava algo de mal para a convivência social.

Na atualidade, a palavra representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social (MELO, 1991). A sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados naturais e normais pelos membros dessa categoria. Isso foi fortemente empregado no período de 1870 a 1930, quando se implantou, no Brasil as chamadas teorias raciológicas, onde se tentava culpar os negros e mestiços pelo atraso do país.

Isso ocorreu na segunda metade do século XIX, quando, segundo Skidmore (1976, p. 36-37) aportaram em terras brasileiras muitas teorias explicativas para o atraso ou o progresso das nações. Explicações essas que tiveram sua gênese na Europa, como o

positivismo de Comte; o evolucionismo de Spencer; o transformismo de Darwin e a etnologia de Gobineau, entre outros. Estas teorias moldaram a construção de um discurso explicador do Brasil, num contexto político-cultural onde a pauta principal dos debates entre os intelectuais e políticos era a possibilidade, ou não, da constituição futura da nação brasileira em termos mais democráticos e progressistas. Um dos problemas com força intelectual no fim do século XIX era a ideia de que a composição multirracial era um obstáculo para a formação da nação. A grande questão estava colocada: poderá existir uma nação onde a população é constituída predominantemente por negros, índios e mestiços? Esta teoria da desigualdade inata das raças, defendidas por Gobineau e Gustave Le Bon e adotada por uma parcela considerável dos intelectuais brasileiros, acabou tendo influência dominante no pensamento social e político do Brasil, principalmente porque supostamente eivada em dados científicos.

Neste contexto, pensadores como Oliveira Martins, Oliveira Viana e Silvio Romero viam na questão racial, principalmente na mistura de raças, o grande problema da inferioridade brasileira. Manuel Bomfim, por sua vez, cansado das análises deterministas, inovava propondo:

Sofremos, neste momento, uma inferioridade, é verdade, relativamente aos outros povos cultos. É a ignorância, é a falta de preparo e de educação para o progresso - eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado: a necessidade imprescindível de atender-se à instrução popular (BOMFIM, 2005, p. 59).

O fato é que, na virada para o século XX, no Brasil, buscava-se não só a identidade nacional brasileira, mas também uma identidade específica para o campo intelectual. Nesse quadro, a produção de Bomfim ganha destaque ao refutar o discurso eurocêntrico dominante, com novos e autênticos argumentos. Para Ronaldo Conde Aguiar (2000), Bomfim colocou em cena um contradiscurso. Este se chocava, frontalmente, com o discurso dominante e conservador de sua época.

A ideia formulada por Bomfim, em contraposição ao discurso que atribuía ao fator raça as causas do subdesenvolvimento, é a tese do *parasitismo social*, onde ele enfatizava que a lógica da dominação externa imposta pelo colonialismo combinada com a dominação interna imposta pelas elites dirigentes, causava profundos males aos povos latino-americanos. Segundo o autor, o parasitismo impunha três efeitos malévolos e predador: o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre eles; e a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas (BOMFIM, 2005).

A história do pensamento social brasileiro, muitas vezes, excludente e parcial, omite a importância de alguns autores do passado. Existe uma espécie de estratificação dentro do campo teórico, relativo ao papel dos intelectuais interpretadores do Brasil, que pouco altera a ordem de importância das obras, pois tendem a petrificar julgamentos e valores.

De acordo com a leitura sobre a vida e o pensamento de Manoel Bomfim, podemos notar suas críticas veementes sobre a noção de que o Brasil era uma nação ineducada, conduzidas por um Estado pervertido. Ineducada, a nação se anula; representada num Estado pervertido, a nação se degrada (BOMFIM, 2005); segundo suas próprias palavras.

Mas, diferentemente de seus contemporâneos, que segundo Darcy Ribeiro, “gastam páginas e páginas para repetir o que os pensadores metropolitanos dizem sobre nós, com o objetivo de justificar o colonialismo europeu” (RIBEIRO, 2005, p. 11), Manoel Bomfim, por sua vez, propunha desvendar as origens dos problemas do Brasil e da América Latina. Questionava as raízes do atraso, os empecilhos para a constituição de uma sociedade democrática e integradora. E para a construção desta sociedade democrática, defendia a expansão da educação pública para o acesso de todos ao saber. Talvez essa sua atitude de crítica ao modelo raciológico de interpretação da cultura brasileira, o tenha deixado no esquecimento, pois as elites e oligarquias presentes em todo território nacional se beneficiavam da nação ineducada, sustentando assim seus privilégios.

Ao examinar a influência de cada uma das etnias sobre as novas sociedades, importa pouco o estudo das qualidades positivas dos selvagens e dos negros; o essencial é saber qual o valor absoluto dessas etnias, em si – a sua capacidade progressista, independentemente se são civilizadas ou não.

Portanto, os estigmas são construções simbólicas que durante séculos imperam no imaginário social. Servem como uma espécie de termômetro dos rótulos, onde a sociedade limita e delimita a capacidade de ação de um sujeito estigmatizado, marca-o como desacreditado e determina os efeitos maléficos que pode representar. Quanto mais visível for a marca, menos possibilidade tem o sujeito de reverter, nas suas inter-relações, a imagem formada anteriormente pelo padrão social.

Essa teorização quando aplicada às mulheres negras do IMENA, tendem a causar menor impacto, já que estas mantêm um cronograma permanente de discussões acerca do tema. Como o trabalho valoriza sua ação e cultura com base nas raízes étnicas africanas, os

estigmas causam menos impacto sobre suas representantes, pois estas têm consciência dessas raízes e de seu papel na sociedade.

O olhar das pessoas quando nos veem em alguma reunião, como convidadas pra participar, sempre olham estranhas. Tem muitas pessoas que não sabem o que é o IMENA, às vezes vem perguntar pra gente o que é o IMENA? O que significa o IMENA? Aí a gente tem que às vezes explicar pra elas o que é o IMENA, muita gente diz que quer vir conhecer o instituto porque não sabia que tinha essa instituição em Macapá; pensava que não existia nenhum tipo de instituição, de movimento de mulheres. Às vezes as pessoas ficam curiosas pra saber o que a gente tem, o que a gente não tem. A gente está explicando com o que agente trabalha, aonde a gente trabalha, o que agente faz, e as pessoas ficam muito orgulhosas e perguntam por que não é jogado na mídia. É a nossa dificuldade, pra não nos conhecerem, o problema é que a gente não tem dinheiro pra está em mídia, mas a gente está sobrevivendo até hoje [...] são 10 anos de existência e nosso aniversário é em junho dia 3. (K. – entrevista 04/04/2011)

As mulheres do IMENA reconhecem que sua missão abrange muitas mulheres negras espalhadas no Estado. Isso faz com que suas responsabilidades também aumentem, e a cada vez que se apresentam em determinado evento mais pessoas passam a conhecê-las e a apoiar suas causas.

2.3 Ser negra

O Brasil é um país mestiço, biológica e culturalmente (OLIVEIRA *apud* SCHWARCZ, 1993). Entretanto, nem todos assumem tal mestiçagem, aliás, por muito tempo o país teve que conviver com teorias raciológicas que colocavam o negro como uma espécie de sub-raça, como os grandes culpados pelo atraso econômico brasileiro (SCHWARCZ, 1993). Mas, tanto homens quanto mulheres de etnia africana passaram por longos períodos de sofrimento e afirmação.

Criaram-se múltiplos cenários de jeitos, gingados, rostos que se configuraram num enorme universo, sendo que as mulheres se destacaram por empreender em meio aos homens brancos, eram as quitandeiras que em meio a todos os problemas e preconceitos, contribuíram para a riqueza do país.

Ser negra, portanto, é ter a alma devastada e dilacerada pela dor, pela memória de infindáveis humilhações, suplícios e punições por carregar simultaneamente uma cor de pele e um sexo considerados a marca do pecado original, raiz de todos os males dos homens (CARNEIRO *apud* SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 07).

Referente a questão acima, as mulheres do IMENA percebem claramente este preconceito, e discutem a forma de acabar com a discriminação ainda hoje latentes na sociedade. Como vemos no depoimento a seguir:

Esses apelidos, esses atos de xingamentos... É um ato de violência, é uma violência psicológica, emocional, então, é uma violência. Eu já estou preparada pra lidar com isso, porque eu já vejo que o preconceito e a discriminação ela existe, ela está presente na construção das relações sociais, e quem tá militando dentro de um movimento social como é o IMENA, que a luta é séria a gente percebe isso, no comportamento, nas ações das militantes do IMENA, então, a gente já tá mais preparada por ter esse olhar de como acontece, de que forma acontece a violência, o racismo, o preconceito e a discriminação que é muito mais forte que o preconceito, então a gente de certa forma já está preparada pra lidar com isso (N. – entrevista 14/05/2011).

Mas, o fato de encontrarem-se organizadas, não retira a pesada tarja do preconceito contra sua cor, pois se alguém não sabe que elas são do instituto acabam por tratá-las mal. Uma associada do IMENA relata um episódio que ocorreu com ela em um estabelecimento na cidade de Macapá, em que uma vendedora ao ter que escolher uma mulher para prestar atendimento optou por uma branca, em seu depoimento conta:

Tive uma experiência em que ninguém sabia que eu fazia parte do movimento, foi assim: eu cheguei numa farmácia e pedi um remédio. A moça viu como eu estava trajada: sandália e shortinho e a moça não deu “confiança”. No mesmo momento chegou uma moça branca, foi então que ela largou o que estava fazendo e foi atendê-la. Aí eu perguntei pra ela qual era a diferença, só porque eu estava de shortinho e a outra de sapato alto e era branca. Ela disse: - não! Porque ela estava ocupada. Iniciou uma discussão e eu disse: - Você não me atendeu, mas a moça branca chegou e você desceu de onde estava... Isso foi assim uma coisa horrível pra mim. Mas eu não falei que eu fazia parte de um movimento, entendeu? Por ser negra (J.T – entrevista 14/03/2011).

Nesses momentos, ser negra e não estar amparada, organizada se torna algo ruim, constrangedor. Ao contrário de quando sabem que se faz parte de uma organização, então todos respeitam. Por isso é tão importante que as mulheres negras conheçam os direitos que as assistem, evitando assim situações de preconceito e racismo. Segundo J.T:

A diferença é muito grande se as pessoas que estão fora sabem que eu sou do IMENA. Ou qualquer outra pessoa do IMENA que chegue a um local, às vezes anunciam: - chegou a fulana do IMENA. Assim eles abrem uma mídia pra dizer que não mexe com a fulana que é do IMENA, que faz parte do movimento. Então não há preconceito, pois ficam com receio de fazer alguma coisa, porque dizem que sabemos nossos direitos. Ser negra, para uma mulher negra que conhece seus direitos é uma questão de orgulho (J.T – entrevista 14/03/2011).

Segundo Schumacher e Brazil (2007, p. 91), desde que chegaram ao Brasil, as mulheres negras foram alvo de preconceito e racismo. Isso continua nos dias de hoje, mas a diferença é que naquela época as negras estavam aqui para servir nas casas grandes; e hoje, todas têm os mesmos direitos, garantidos em lei como qualquer mulher brasileira possui.

Verificou-se que na cultura do IMENA vem se levantando discussões com diversos temas entre eles: aborto, drogas, desemprego, estigmas, preconceitos etc. É interessante notar que as temáticas são voltadas para o público feminino, todos os tipos de preconceitos são discutidos nos grupos do IMENA e aqueles referentes à violência são levados às autoridades competentes. Isso tudo para proteger as associadas de qualquer tipo de constrangimento. Mas, percebe-se que já há uma maior consciência tanto delas quanto da sociedade que as rotula com termos pejorativos.

3 MULHERES NEGRAS NO IMENA: representações e institucionalização

3.1 IMENA e processo de institucionalização

O Instituto de Mulheres Negras do Amapá – IMENA foi fundado em 03 de junho de 2000. É uma organização de mulheres negras, sem fins econômicos, sem vinculações religiosas, organização não governamental de assistência social, democrática e sem nenhuma vinculação político-partidária nem discriminação de qualquer natureza; tem número ilimitado de sócias, prazo de duração indeterminado e sede a Avenida Professora Cora de Carvalho, 579, bairro Central, CEP 68.908-040, município de Macapá, estado do Amapá.

Maria das Dores Almeida relata o processo de institucionalização do IMENA como “parto assistido por um grupo de orgulhosas mulheres negras e de suas madrinhas do Geledés. Nasce sob o signo de Touro e da ousadia em plena Lua Nova, no meio do mundo latitude zero, sobre a linha do equador, banhado nas águas do Rio Amazonas e sob a bênção das Entidades da Floresta e de Nossas Ancestrais Guerreiras”.

No depoimento da presidente da instituição podemos ter um panorama geral de como tudo iniciou:

Ele surgiu em 1999, por não ter ainda surgido nem um tipo de movimento de mulheres no Amapá. Numa reunião entre a D., a B., a M. L., a G. e a R., numa roda surgiu a ideia de fazer um movimento de mulheres negras. Quando foi em 2000 se concretizou o IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá e quem escolheu a sigla IMENA foi a B. O IMENA possui as sócias que são fundadoras, são 25 mulheres, dentre elas tem: M. D., que é a D., a M. C., que é a X., a M. do S., a B., a M. L., a J. S., a R., a “T.”, a T., a S., a J., a L., a G., a M. L., a M., a M., A. e outras. Numa reunião foi discutido se seria diretoria ou presidência, então, resolvemos colocar presidente, e na presidência tem presidente, vice-presidente, secretaria e tem o conselho fiscal (J.T – entrevista 14/03/2011).

O instituto tem um projeto de construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária, onde todos e todas possam viver com dignidade e prazer. No Curriculum IMENA consta que o instituto é uma organização política de mulheres negras, foi constituído oficialmente em 03 de junho de 2000, fruto de uma decisão coletiva de 25 mulheres negras, que sentindo a necessidade de estarem organizadas para defender as políticas públicas para a população negra, em especial as mulheres negras têm como projeto a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

O IMENA desde sua criação vem atuando nas áreas de direitos humanos, violência contra a mulher, geração de renda, gênero e raça, saúde, educação; com palestras e oficinas nas escolas, com grupo de mulheres negras e não negras, faculdades e comunidades quilombolas. Desde sua criação o IMENA tem ampliado sua área de atuação. Atualmente, possui assento no Conselho Estadual de Saúde, no Conselho Estadual das Mulheres e Conselho Municipal de Assistência. E integra a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB, coordena o GT Raça e Etnia do Fórum da Amazônia Oriental - FAOR e integra também: Associação Brasileira de ONG’s – ABONG; Rede Feminista de Saúde e as FULANAS – Articulação de Mulheres Negras da Amazônia Brasileira.

3.2 Da invisibilidade a visibilidade

A questão da invisibilidade do gênero feminino incluiu mulheres negras, brancas, índias e mestiças. Muitas se organizaram para sair do anonimato através de suas vozes, em movimentos conhecidos como feminismo.

Feminismo não é um grupo de mulheres “feias”, “mal-amadas” e que não arrumam marido. O feminismo é um movimento formado por mulheres críticas e questionadoras (AUAD, 2003, p. 14). O movimento envolveu as diversas etnias, sendo que as mulheres negras tiveram fortes motivos para almejar a visibilidade, pois estas foram

exploradas das mais diversas formas ao longo dos séculos: sexualmente, economicamente, humanamente.

Entretanto, a exploração da mulher negra não ocorreu somente no Brasil, já que até mesmo em seu continente de origem essas mulheres sofreram as maiores atrocidades em nome da manutenção das sociedades machistas e patriarcais.

Stearns (2007, p. 85), comenta alguns fatos envolvendo violência contra as mulheres negras no continente africano,

No nordeste da África (sul do Egito ao atual Quênia) a prática da circuncisão feminina – cortar ou costurar os lábios e clitóris para impedir o prazer sexual e assim, presumivelmente, reforçar a fidelidade sexual – foi desenvolvida antes do islamismo. A prática era vista como essencial para a honra de famílias de domínio masculino. Não era uma inovação muçulmana, e de fato não estendeu para além dessa região. O islamismo atacou essa prática, pois não coincidia com a visão oficial dos direitos da mulher e sua sexualidade (STEARNS Idem p. 85).

Portanto, a visão muçulmana da inferioridade das mulheres e sua reclusão parece ter encorajado a incorporação de idéias. Assim, mulheres de outros continentes se uniram para lutar pela liberdade das mulheres africanas, isso resultou em pressões africanas por maior independência das mulheres.

Situações como essa envolvendo mulheres e colocando-as no anonimato são comuns em vários locais do mundo. Isso também ocorreu no Brasil, desde a colonização até os dias atuais, a história das mulheres foi estruturada em duas vertentes simbólicas: invisibilidade – imposta pela sociedade machista, que não aceitava a participação feminina nas relações sociais; e a visibilidade – decorrente da luta de grupos feministas espalhados no mundo todo, isso expressa as mudanças na mentalidade social sobre os relacionamentos homem-mulher.

Os movimentos feministas em busca de visibilidade do gênero se organizaram, refletiram novas idéias, avanços na educação de mulheres e também a percepção de que os direitos e o poder econômico dos homens estavam sobrepujando os das mulheres. As questões feministas eram variadas, mas por volta de 1900 apoiavam-se em esforços para terem acesso ao voto e a igualdade de direitos. Pode-se perceber que os resultados pela busca de visibilidade não afastou a mulher do universo masculino, pelo contrário criou formas próprias de sua inclusão. Houve então uma ampla participação da mulher na vida pública. Através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública (PITANGUY, 2007, p. 41).

O exemplo do IMENA, no Estado do Amapá reforça essa expansão dos movimentos feministas. As mulheres negras do Amapá, atualmente frequentam a mídia e tem seu instituto reconhecido no meio político, social e acadêmico do Estado. Suas associadas recebem atenção das autoridades e através de parcerias oferecem atendimento jurídico e de formação com cursos diversos, além de abrir para o público em geral sua biblioteca com temas variados e não somente falando sobre negro, e oferece uma diversidade de palestras, seminários e mesas redondas com temas de interesse das mulheres negras e da comunidade em geral.

Se antes do IMENA, as mulheres negras tinham um histórico de casos de racismo e preconceito, com a institucionalização da entidade elas saem da invisibilidade e começam aparecer no cenário político social do estado. Suas informações foram importantes, para a composição da obra de Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, Mulheres negras do Brasil.

A consciência do movimento é marcada de forma tão positiva que nas palavras de uma das dirigentes do movimento, no ato de sua criação, após várias articulações com outras representações já existentes, eram:

Eu e R., já discutimos as dificuldades dos movimentos locais em inserir a questão da mulher negra. Por coincidência conhecemos A.N que também sentia a necessidade de darmos visibilidade à mulher negra no Estado do Amapá [...] A partir de então passamos a atuar dentro e fora do Estado, pois na época havia políticas governamentais de valorização das minorias. Em Macapá cedíamos o encontro da AMNB – Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e passamos a integrar a referida articulação [...] Com o fortalecimento do movimento temos servido de inspiração e referência para o surgimento de outros movimentos de mulheres negras e não negras como: Associação de Mulheres Negras de Mazagão Velho; Associação de Mulheres do Carmo do Macacoari, Associação de Mulheres do Carvão, e contribuído através de cursos com o movimento de mulheres local (M.D.R.A – entrevista 04/04/2011).

Dentre os trabalhos de busca por visibilidade desenvolvidos no IMENA, já foram capacitadas 400 mulheres, onde 35% eram mulheres não negras². O Projeto Bori-Obirin com as mulheres quilombolas do Curiaú foi destaque nacional e culminou em várias pesquisas, executadas por pesquisadores de vários institutos do Brasil. Além disso, a mídia local evidenciou fortemente o projeto “Mulher, teu corpo a ti pertence” que vem formando multiplicadores no combate a violência contra o gênero.

² Dados do IMENA (Pesquisa de campo, 2011).

O jornal Folha do Amapá (20 a 26/12/2003) trouxe reportagem sobre palestra proferida pela pesquisadora Margarethe Queiroz (FioCruz), em que a mesma destaca o trabalho do IMENA no combate as DST's AIDS. Em outra reportagem desse mesmo jornal (19/01/2004), é evidenciado o papel do instituto em formar multiplicadoras para atuar na consolidação da cidadania feminina. Segundo a reportagem, o projeto tinha como finalidade “promover a formação de uma rede de multiplicadoras, pertencentes a organizações de mulheres do Estado, e por educadoras que possam atuar na consolidação da cidadania feminina”.

Em 2005, o jornal A Gazeta (19/04/2005), ressalta a importância de oficina ministrada no IMENA, que tinha como objetivo preparar mulheres para sistematizar uma rádio comunitária, a mesma transmitiria notícias e acontecimentos comunitários e de utilidade pública e promoveria ações educacionais e de lazer.

Ainda em 2005, o noticiário Jornal do Dia (02/02/2005) enfatiza a decisão política do IMENA em combater a violência contra mulheres, na reportagem é citado que “seis mulheres seriam selecionadas, entre as formandas do curso, para repassar os conhecimentos adquiridos em dois municípios do interior do Estado”.

Mas, entre todas as ações desenvolvidas pelas mulheres negras a que trouxe maior visibilidade, até em âmbito internacional foi o Projeto: “Mulher, teu corpo a ti pertence”, que já se encontra em sua terceira edição e tem como finalidade oportunizar a formação em rede, por meio de capacitação das mulheres que atuarão como multiplicadoras no processo de discussão acerca da violência de gênero, suas consequências e formas de erradicação do problema. O mesmo projetou o IMENA no Brasil e na Grã-Bretanha, através da Fundação John MacAthur.

As mulheres do IMENA não esperam que o Estado ofereça, enquanto instituição promotora de políticas públicas, qualquer benefícios sociais, elas mesmas se organizam e procuram ofertar para suas associadas uma variedade de oportunidades durante o ano todo.

Principais projetos desenvolvidos pelo IMENA:

- Feira de Oyá-Iansã;
- Centro de Informação, Pesquisa, Biblioteca Açucena;
- Oficina Comunitária Arte Curiaú – Borí Obínrín (na linguagem ioruba significa

Alimento de Mulher);

- Projeto Amapá Mulher – Raízes Femininas. O projeto atendeu diretamente 100 jovens e 80 mulheres, das comunidades Foz de Mazagão Velho (rural), Pacuí (rural) e Quilombo do Curiaú ambos localizados no município de Macapá. O projeto foi patrocinado pelo fundo de projetos da Embaixada Britânica;
- Projeto: Banco de Doação de Preservativos. Tem apoio do programa DST/AIDS Estadual;
- Projeto: Saúde Legal – direito de todos. O projeto capacitou 20 lideranças comunitárias, com apoio do PCRI – Programa de Combate ao Racismo Institucional;
- Projeto: Velas aromáticas com essências do Amapá. Com apoio do GTA – Grupo de Trabalhos Amazônicos;
- III Plenária de Mulheres Negras do Amapá. Participaram 40 mulheres, resultando na criação do Mapa de Conflitos sobre a ótica das mulheres negras, com o apoio da Agência implementadora Rede das Escolas Famílias do Amapá;
- Abra os olhos! Você é sujeito de direitos. Com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos.
- Projeto Mulher, teu corpo a ti pertence I, II e III;

Figura 01 – Projeto: “Mulher, teu corpo a ti pertence”.



Fonte: arquivo do IMENA (2003)

Assim, fica evidente a transição da invisibilidade à visibilidade através da organização do movimento de mulheres negras no Estado do Amapá, pois sem essa organização política, muitas delas ainda estariam sofrendo com o preconceito e o racismo que

marcam várias partes do país e do mundo. Portanto, a forma que elas encontraram de tornarem-se mais fortes foi se unindo em defesa de seus interesses e dos interesses das outras mulheres que sofrem por não terem voz.

As relações sociais existentes entre as mulheres do IMENA e a sociedade amapaense se consolidam a cada ano. Além de atender a comunidade macapaense, elas se deslocam para outros municípios do Estado para levar cidadania e formar multiplicadoras; já aconteceram ações afirmativas na capital, bem como nos municípios de Santana e Mazagão. Quando são lançados cursos e palestras muitos se inscrevem para ouvir o que as mulheres negras têm para dizer, o que reforça sua posição de liderança no movimento negro e feminista na região amazônica.

3.3 Relações e conversas entre as mulheres

Figura 02 – Mulheres do IMENA



Fonte: arquivo do IMENA (2003)

As relações sociais existentes numa sociedade partem dos pressupostos das relações de poder que marcam determinado período. Para que haja poder é essencial que haja também um objetivo referente ao bem comum, não sendo assim o bem comum objetivo de pessoas, mas da coletividade. As mulheres negras sabem bem seu papel social e relatam suas expectativas em relação às outras mulheres. Uma depoente assim se expressou:

É esse trabalho que nós estamos fazendo, um trabalho de conscientização, são oficinas que nós fazemos, fazemos palestras e, principalmente, trabalhamos com a autoestima das mulheres negras. Porque você trabalhar a autoestima, você faz com que as negras acreditem em seu potencial, e é isso o que o branco faz. Nós falamos: - você é capaz! Somos iguais a todo mundo, queremos nivelá-las num nível só, não só entre as negras, mas entre negras e brancas (M.L – entrevista 14/05/2011).

As mulheres do IMENA não se recolhem por não manter um mesmo grau de satisfação que lhes são exigidos pela sociedade. Se uma mulher não tem formação específica sobre determinado assunto, mesmo assim, quando solicitada, ela procura participar com sua forma própria de ser e conhecer. Portanto, o Estado não irá puní-las, já que as relações sociais exercidas no instituto estão além dos conceitos sociológicos e jurídicos estabelecidos.

Nas relações sociais não subsistem entre indivíduos totalmente autônomos, mas entre indivíduos inseridos num contexto, que desempenham um papel definido pela divisão social do trabalho. Ora, a divisão do trabalho e a luta social e política dela decorrente fazem com que a sociedade nunca seja pensada através de representações que correspondem à realidade, mas através de uma imagem deformada pelos interesses dos protagonistas desta luta, cuja função é a de legitimar o poder constituído. Até que se tenha consciência disso.

Aqui as companheiras são tratadas de forma igual, não tem nenhuma maior, nenhuma menor, todas nós somos iguais, todas nós podemos falar de racismo, podemos falar de violência, podemos falar de discriminação. Algumas com conhecimento um pouco maior, uma linguagem maior, mas aquela outra que também não tem o mesmo grau de instrução, ela fala dentro da linguagem dela, e ela é valorizada dentro da instituição com o saber que ela tem. (M.L – entrevista 14/05/2011).

O ponto máximo dos encontros entre as mulheres é de valorização da autoestima, ser negra e ter consciência desse fato é fundamental para que a associação exista, todas cobram direitos iguais entre os gêneros e as etnias. Buscam atender mulheres vítimas de violência e realizam palestras sobre doenças, drogas, gravidez, etnicidade dentre outros temas. Valorizando as mulheres negras, estas passam a exigir mais atenção por parte das autoridades, o que faz com que atinjam uma parcela maior de poder social.

No entanto, a possibilidade de se entender o poder sob o ponto de vista psicológico, é possível através do que Vaz (2004) chama de “categoria do corpo próprio”. A categoria do corpo próprio aponta para a intencionalidade do ser humano. Segundo Vaz (2004, p. 158), deve-se fazer a distinção entre *corpo próprio* e a pré-compreensão do corpo próprio. Assim, a pré-compreensão do corpo próprio considera o corpo como *substância*

material (totalidade física) e como *organismo* (totalidade biológica), e a concepção do corpo próprio seria a totalidade intencional. Ou seja, Como corpo próprio ou como totalidade intencional, o corpo pode ser assumido na auto-expressão do sujeito, e podemos falar de um Eu corporal, o que não é o caso para o corpo físico ou o corpo biológico (VAZ, *idem* p. 158).

Portanto, a categoria aborda as características presentes no ser humano, o homem é também seu *corpo próprio*, mas não o é pura e simplesmente por identidade, mas *tem* seu corpo próprio, sendo capaz de dar-lhe uma intencionalidade que transcende o nível do físico e do biológico. Sendo assim, o homem está no mundo em situação fundamentalmente *ativa*, ou é *ser-no-mundo* (VAZ, *idem* p. 159). Este ser está presente nas atividades e atitudes das mulheres do IMENA, sendo que estas se percebem como tal.

A sociedade vê a gente, tem vários olhares, tem aqueles olhares de crítica, tem vários olhares né, mas a gente tem um reconhecimento muito grande da sociedade aí fora. Hoje nós somos reconhecidas até internacionalmente, estamos agora sendo convidadas a participar da segunda edição do livro da Schuma, que é um livro que fala das mulheres negras que fizeram história no Brasil. Então a gente se sente assim muito honrada em fazer parte desse livro. Nós estamos na primeira e vamos também está na segunda edição, com mais duas pessoas da nossa instituição sendo destaque dentro do livro. Primeiro saiu uma foto de todas as militantes que fundaram praticamente o IMENA, e hoje nós recebemos o convite, para autorizarmos de novo a publicação, é um destaque a mais para o IMENA. (M.L – entrevista 14/05/2011).

A presença natural da mulher num determinado espaço não explica sua atuação como *corpo próprio*, pois a presença física e biológica também ocorre com os animais; para que haja uma intenção do homem em agir sobre sua realidade algo muito importante e peculiar deve ocorrer, ou seja, a cultura. O desenvolvimento da cultura seria a intenção do ser humano em possuir uma identidade própria, independente do local, tempo e espaço em que esteja.

O espaço das mulheres negras foi conseguido com muita luta, de acordo com M.L:

“A intenção é que se possa contribuir com as outras mulheres, sem menosprezar essa ou aquela, branca ou negra, gorda ou magra. Sempre dizendo tem que aprender mais, tem que trabalhar mais, tem que sobressair, porque o mundo tá e a gente não pode ser engolido”.

Portanto, afirmar-se como corpo próprio é também ter consciência do seu papel enquanto ser humano, respeitando as diferenças, pois a intencionalidade do ser não é um caso isolado frente as demais pessoas, como enfatiza Vaz (*idem*, p. 167), é uma categoria que tem

em sua ação a dialética. Nem todos pensarão como um, mas também a coletividade pode resguardar atos individuais conscientes. Mesmo no exercício de atividades lícitas e de direitos inegáveis, os homens, pelo fato de viverem em comum, têm de obedecer a normas legais que devem ser defendidas e aplicadas por um poder permanente.

Essa consciência as mulheres do IMENA já possuem, elas querem sair do anonimato lutando juntas, sem a necessidade de uma aparecer mais que a outra.

O trabalho no IMENA nos trouxe reconhecimento, pois se nós não tivéssemos feito esse trabalho, não tivéssemos contribuído com essa sociedade, com essas políticas públicas nós não teríamos esse reconhecimento, não estaríamos fazendo parte da história. A luta contra o preconceito, o racismo e a violência contra a mulher, que é um leque bastante grande, a gente abraça com muito carinho. Sofremos bastante, duas vezes, uma por sermos mulheres, outra por sermos negras, então nós temos essa prática discriminatória em dobro, e é isso que combatemos todo dia. (M.L – entrevista 14/05/2011).

As relações sociais estabelecidas pelas mulheres negras do IMENA mostram como suas relações de confiabilidade umas nas outras são fortes e cada vez mais atraem novas participantes. A auto-estima é o ponto máximo de aceitação destas na sociedade. Todas têm orgulho em ser negra.

Em entrevista com uma representante do instituto, foi colhido o seguinte depoimento:

A sociedade vê a gente com vários olhares. Tem aqueles olhares de crítica [...] mas a gente tem um reconhecimento muito grande da sociedade, principalmente ai fora [...] hoje nós somos reconhecidas internacionalmente, esse é o ponto positivo e mais marcante. Hoje é tão bom quando chegamos a um evento e alguém diz: - Chegaram as mulheres do IMENA. Somos mulheres respeitáveis e respeitadas e isso nos traz muita responsabilidade, porque tudo temos que saber dobrado, por ser do IMENA somos cobradas em dobro. (M.L – entrevista 14/06/2011).

Isso reforça a tese de que as mulheres negras que participam do instituto se preparam, estudam os temas que vão trabalhar e isso dá legitimidade ao movimento. O saber em dobro não é uma referência apenas ao conhecimento, porque o trabalho também é em dobro. Os grupos e círculos de estudos são imprescindíveis, pois as representantes trazem pessoas das escolas e universidades para ministrar cursos e palestras. Elas fazem essas ações de formação porque sentem que se relaxarem por algum motivo, podem ser engolidas e terem seu espaço ocupados por outras instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito do presente trabalho é mostrar como as representações sociais sobre mulher negra são construídas e os estigmas sofridos, assim como essas mulheres trabalham a desconstrução de representações que se formam negativamente no seio da sociedade.

Através da pesquisa de campo uma das hipóteses levantadas mostra como se deu o processo de institucionalização dessas mulheres, constatou-se que a partir da institucionalização do IMENA, as mulheres negras no Amapá passaram a contar com uma rede de assistência, acompanhamento e formação que lhes garantem visibilidade no Estado. Os projetos desenvolvidos no instituto e em outros municípios atendem pessoas de diferentes religiões, classes sociais, idade e etnia. Através desses projetos o instituto ficou conhecido na região amazônica, no Brasil e no exterior.

As várias parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais constituídos se refletiram positivamente para as mulheres negras, pois suas ações de formação de multiplicadoras despertam novas consciências para os problemas enfrentados, como a violência, o preconceito e o racismo em que foram construídas representações sociais negativas.

Atualmente, as ações afirmativas de lutas por direitos, freqüentam de forma assídua os noticiários no Estado. A expressão de suas dirigentes é sentida nas falas de tal forma que elas são convidadas para eventos como: seminários, palestras, encontros, dos mais diversos temas. Ou seja, não são apenas coisas ligadas à mulher ou ao racismo que elas se interessam. Meio ambiente, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, política, educação; tudo faz parte do universo das mulheres negras do IMENA. Isso traz visibilidade as ações implementadas e orgulho para suas associadas.

Essas mulheres buscam novos horizontes. E assim chegam aos interiores do Estado, como: o Macacoari e a comunidade do Carvão, Curiaú etc., levando assistência e palestras informativas para outras mulheres.

Além disso, as mulheres procuram envolver outras negras em suas atividades anuais, por exemplo, a Feira de Cultura Afro-brasileira Oyá-Iansã tem como objetivo alavancar a socialização de mulheres negras artesãs da Amazônia, e outras que vivam no anonimato social, prioritariamente em comunidades quilombolas.

Para o processo de visibilidade participaram também do programa de rádio “Viva mulher”, transmitido às sextas-feiras pela Rádio Difusora de Macapá, divulgando ações e

abrangendo temas relacionados aos direitos e deveres da cidadania da população afrodescendente, principalmente das mulheres.

Para maior reflexão sobre representações sociais, as mulheres negras desse Instituto contam ainda com ciclo de palestras educativas, oficinas, cursos, a Biblioteca Itinerante “Histórias da Mãe Preta”, com informações e histórias do povo negro e a Biblioteca Açucena que funciona na sua sede, é aberta a comunidade e tem acervo com temas variados, além de oferecer acesso à internet como forma de inclusão digital.

Referente ainda, sobre a constatação de hipótese voltada para as mulheres negras do IMENA, estas se articulam com outras entidades organizativas, para se fortalecer. Em sua luta se utilizam do conhecimento para fazer valer suas expectativas, mantêm em constante contato com as mais diversas instituições, tanto em busca de apoio, quanto em divulgar suas ações. É assim com a Associação de Mulheres do Amapá (AMA), a AMNB, o GT Raça e Etnia do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), bem como a ABONG e as FULANAS.

No IMENA, os projetos de valorização da mulher acontecem durante todo o ano, sendo que um dos mais importantes, denominado, “Mulher, teu corpo a ti pertence”, já se encontra na terceira edição e é motivo de orgulho para essas mulheres, pois se trata de um projeto que busca combater e alertar qualquer tipo de violência sofrida pelas mulheres.

As mulheres negras do Amapá contribuíram com entidades internacionais, institutos de pesquisa além de participarem na estruturação de um livro sobre as mulheres negras do Brasil (de Schuma Schumacher e Erico Vital Brazil) na sua 1ª edição e sendo convidada a ter novamente destaque em uma 2ª edição do livro acima citado.

A organização das mulheres proporciona momentos de discussão participativa entre as associadas. Ao tratar das forças atuantes na dinâmica participativa fazem-se referências a algumas peculiaridades das pessoas, dos grupos, em especial a das posturas de quem lidera como fator diferencial da participação, visando o conhecimento individual.

Para desmistificar preconceitos e atitudes racistas as mulheres negras, ousaram em se organizar em um movimento que lutasse para combater os estigmas arraigados na cultura popular e garantissem os seus direitos. Se antes os apelidos pejorativos eram comuns, hoje se pensa duas vezes até para brincar com certas insinuações, já que as representações de mulheres negras do IMENA estão aí para reparar qualquer preconceito, até mesmo com as mulheres brancas.

Assim, o movimento de mulheres negras no Amapá é organizado e tem se mostrado, a cada ano, mais forte. As mulheres têm assistência e sentem-se valorizadas.

Atualmente, a representação política foi fortalecida através da eleição de uma representante para o cargo de deputada estadual, no Amapá. A articulação com outras entidades sociais no Estado é significativa, o que atrai novas participantes para as atividades do IMENA.

Verificou-se que as mulheres que participam do movimento apresentam auto-estima elevada, sentem-se representadas e apesar dos objetivos já alcançados, continuam buscando melhorar a condição de suas semelhantes.

Por fim, é importante ressaltar que a partir das discussões que se travam no interior do IMENA sobre representações sociais, as mulheres se sentem mais valorizadas socialmente, pode-se enfatizar que a discussão sobre representação social da mulher negra busca repensar e recriar a identidade das mulheres sob uma ótica em que os indivíduos, não possam ou não deva adaptar-se a modelos hierarquizados, isto é, em que as etnias signifiquem características de cada pessoa em sua vivência social.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. **Família às avessas**: gênero nas relações familiares de adolescentes. Fortaleza: EUFC, 2001.
- ARRUDA, Angela. **Teorias das representações sociais e teorias de gênero**. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 18 out. 2010.
- AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DO AMAPÁ-IMENA. **Estatuto Social** (edição revisada). Macapá: IMENA, 2010.
- MELO, Zélia Maria de. **Os estigmas**: a deterioração da identidade social. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 25 maio 2011.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. São Paulo: Vozes, 2009.
- NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Tempos, 1995.
- PITANGUY, Jacqueline; ALVES, Branca Moreira. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

TELES, Maria A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VAZ, Henrique C. de Lima. Categoria do corpo próprio. In: **Antropologia filosófica**. São Paulo: Loyola, 2004.